

Diversidade e direitos

Islão e democracia?

Salima Ghezali

Muitos são os que consideram que a expressão «islão e democracia é em si mesma indicativa de uma generalização abusiva, propícia a muitas confusões. A tentativa de formular uma definição de cada um dos termos da equação é uma aventura que releva da multidisciplinaridade à qual somente alguns eruditos podem pretender.

Se o problema que nos ocupa é o governo democrático nos países muçulmanos, será necessário abordar situações políticas tão diversas como a monarquia saudita, a república iraniana, a democracia turca ou o caos afegão, passando por muitas outras formas de organização política existentes nos diversos países muçulmanos. Se se trata de discutir as relações entre os países muçulmanos e os países democráticos (ou, mais exactamente, ocidentais), deparamo-nos com a mesma diversidade de abordagens. Uma terceira possibilidade seria a questão do estatuto das comunidades muçulmanas residentes no ocidente, dispondo ou não da nacionalidade do país de acolhimento. Também aqui a situação varia de país para país.

Assim, não sendo possível abordar todas estas questões, optamos, de forma arbitrária, pela análise de algumas situações de crise em países muçulmanos que levantam, por um lado, o problema da estabilidade e da democracia internas e que, por outro lado, podem levar a uma deterioração das relações com os países vizinhos ou com os parceiros ocidentais, eventualmente susceptíveis de provocar atentados terroristas e com implicações, directas ou indirectas, nas comunidades muçulmanas instaladas nesses países.

Na multiplicidade de situações de crise política que se encontram num mundo em busca de um equilíbrio político e económico difícil de encontrar, alguns países muçulmanos atraem uma atenção especial dos media. A crise argelina faz parte destas situações fortemente mediatizadas e, no entanto, muitas vezes apresentadas sob o prisma deformador de uma leitura ideológica.

No Maghreb, a questão da transição democrática é problemática. Se existem diferenças substanciais entre os países da região – fruto da história de cada país, da natureza dos

regimes instalados e da evolução da gestão da crise e do seu grau de gravidade – elas não devem ocultar as múltiplas interdependências que tornam pouco viáveis as aventuras singulares.

A experiência mais rica em ensinamentos é, claramente, a argelina. Por um lado, foi o país que conheceu, após os sangrentos confrontos de 1988, a primeira tentativa de reforma democrática de um sistema que alcançara os seus limites; por outro lado, é na Argélia que o processo de reforma, que ameaçava pôr termo ao poder de uma oligarquia militar-comerciante sobre o conjunto das instituições do país, é brutalmente interrompido, abrindo a via a uma deriva sangrenta que ainda não cessou.

Muito foi dito e escrito acerca da tragédia argelina, a qual fez, até agora e segundo as organizações internacionais de defesa dos direitos do Homem, mais de 150 000 mortos, milhares de desaparecidos e violências múltiplas, imputáveis tanto aos serviços de segurança como aos grupos islamistas armados. Se a propaganda das diversas partes em conflito privilegiou, até agora, a polémica em volta das respectivas responsabilidades nas atrocidades cometidas durante a década passada, o estado de ruína institucional e os múltiplos escândalos financeiros que se sucederam nestes últimos anos informam bem melhor acerca da natureza dos bloqueios que precipitaram a crise. A existência de correntes fundamentalistas não deve ofuscar outros arcaísmos estruturais que impedem as reformas globais indispensáveis à democratização do sistema governamental, ao mesmo tempo que vitimizam esses grupos.

O fundamentalismo religioso é parte integrante de todas as sociedades muçulmanas, por razões de bloqueio social e cultural cujas causas são múltiplas e essencialmente de ordem histórica e política. O desafio que lançam estas correntes é o da edificação de um Estado de Direito obediente a regras políticas claramente definidas nos termos de um contrato político que ligue Poder e sociedade. Não que estas correntes sejam portadoras de tal projecto democrático, mas porque o islamismo e todas as formas de populismo mais ou menos radical, mais ou menos violento, não podem prevalecer sobre a existência de tal quadro contratual.

Na Argélia, a origem do bloqueio tem três momentos essenciais – três momentos da história contemporânea da Argélia que desmentem o mito essencialista de forte coloração racista que afirma serem as sociedades muçulmanas intrinsecamente inaptas a uma abordagem política contratual.

A primeira tentativa de abertura teve origem no próprio poder, em 1989, com o governo reformador, cuja ambição era caminhar para uma abertura democrática enquanto preparava as condições de uma abertura económica que permitisse libertar o dinamismo social, como contraponto aos efeitos negativos da passagem para uma economia de mercado. A aposta de proceder a reformas globais, num momento em que o descontentamento popular estava ao rubro, era ambiciosa. Os conservadores no seio do regime opuseram-se a toda e qualquer reforma do sistema de partido único, apesar dos numerosos sinais de descontentamento social.

O primeiro contrato, proposto simultaneamente à sociedade argelina e aos caciques do regime, deixava aos reformadores o controlo da abertura, dando à sociedade e às diversas forças presentes a possibilidade de se organizarem em pretendentes ao poder e em contra-poderes. O quadro institucional previsto na constituição de 1989, elaborado após uma dura luta dentro do regime, oferecia à sociedade civil, pelo menos, a possibilidade de se constituir actor, não só através dos partidos políticos, mas igualmente através do movimento sindical e associativo.

Os reformadores são acusados de terem, com a abertura política, permitido que o espaço público fosse ocupado pelo movimento islamista. Mas, convém também recordar a extraordinária eclosão de um movimento associativo e uma mobilização sindical onde os aparelhos islamistas estavam longe de ser maioritários. A libertação do campo mediático, com a criação de jornais independentes e a abertura dos media, possibilitaram a noção, até então desconhecida, de contra-poder a ocupar o espaço público e a atrair, com grande força, a população. Era, na realidade, previsível que passadas três décadas de partido único, a desconfiança em relação aos aparelhos políticos fosse a regra junto das categorias mais reticentes ao recrutamento ideológico e, portanto, ao islamismo populista. Para além das possibilidades do islamismo captar o voto de protesto, havia o imenso campo da abstenção. Se esta última penaliza os partidos políticos, não deixa de ser um sinal de desprendimento por parte do cidadão.

Desse ponto de vista, as sociedades muçulmanas não se afastam da actual tendência internacional. No espaço de alguns meses, a sociedade argelina passou de um estado moribundo, no que toca ao génio de um povo, para o fervor de uma população que recupera confiança em si própria. Em todos os domínios da acção civil, política, cultural ou económica, nunca a Argélia tinha conhecido tal sentido de iniciativa ou dinamismo. Esta dinâmica da liberdade reconquistada, se podia inegavelmente ser contrariada ou

abusada pelo populismo islamista, só podia ser quebrada pelas armas – o que viria a acontecer.

No dia em que existir um verdadeiro diálogo entre as duas margens do Mediterrâneo, ver-se-á como é indispensável na construção deste "viver juntos", que hoje parece tão ameaçado, uma análise política sem preconceitos ideológicos na identificação da natureza dos problemas do sul. A experiência reformista foi interrompida em Junho de 1991, com a proclamação do Estado de sítio. Graças à repulsa pelo fenómeno islamista, mas também e sobretudo porque as velhas redes que travam a evolução das reformas económicas na Europa são as mesmas que alimentam o arcaísmo dos seus laços com os seus interlocutores no Sul, a interrupção brutal das reformas mais audaciosas que esta região conheceu fez-se perante a indiferença quase generalizada dos parceiros da Argélia.

A segunda proposta de saída negociada da crise surgiu por iniciativa da oposição, com a mediação da comunidade de Santo Egídio, em 1995. Ao fim de três anos de guerra, com uma terrível violência na sociedade argelina, a iniciativa prometia pôr fim à violência e abrir um novo capítulo na história do país. Tinha por base um contrato político, negociado entre os partidos políticos e o Poder. Ao trazer os islamistas para o campo da negociação política transparente, da relação contratual pública e do reconhecimento do pluralismo da sociedade argelina, as partes signatárias da que viria a ser designada "Plataforma de Roma" fizeram com que a prática política nacional desse um notável salto na via do diálogo e da democracia. Esta experiência foi seguida com atenção pelos países muçulmanos. A intransigência do Poder argelino encontrou mais uma vez a oportunidade de se manifestar de forma virulenta. A iniciativa foi rejeitada, nos termos do porta-voz do governo: "globalmente e na especialidade".

A ausência de apoio internacional a esta iniciativa, devida essencialmente ao activismo dos lobbies franceses interessados na preservação do status quo, deixa transparecer uma total ausência de visão política a longo prazo para a região. A tragédia argelina prosseguiu, com o seu cortejo de horrores e impasses no que toca à segurança.

A terceira ocasião falhada viria a ser a das eleições presidenciais de Abril de 1999. Empenhados na campanha eleitoral contra o candidato dos generais, Abdel-Aziz Bouteflika, os seis candidatos que representavam a diversidade do espectro político argelino provaram que era possível travar, de maneira responsável, um combate político, mesmo numa sociedade danificada. O interesse dos cidadãos na campanha dos candidatos

da oposição, o dinamismo dos militantes e a ausência de incidentes de violência em reuniões políticas (exceptuando os provocados pelo candidato do Poder) levaram os militares a rever o compromisso assumido pelo Chefe do Estado Maior em prol das eleições livres.

A máquina da fraude accionou-se na eleição dos órgãos constituintes, levando os seis candidatos a retirarem-se, após os seus protestos terem sido ignorados pelo Presidente em exercício e pelo Chefe do Estado Maior, que se tinham comprometido a garantir uma eleição justa. Com um record de abstenção dos eleitores, os generais levaram o seu candidato à presidência do Estado, afirmando mais tarde que este era, a seu ver, "o menos mau dos candidatos". Desde então, a tendência para a estabilização da violência manteve-se, tal como a existência de várias centenas de vítimas por ano. Incapaz de dialogar e oferecer outra resposta que não a repressão e a brutalidade, o poder opta pela carnificina ao lidar com a contestação pacífica na Cabília. Revela-se incapaz de responder aos múltiplos protestos dos cidadãos e de reconhecer o estatuto de interlocutores aos sindicatos independentes.

Igualmente grave é a ausência total de resistência institucional à predação. Os casos de corrupção multiplicaram-se nos últimos anos e atingiram todos os clãs do poder. O mais espectacular de todos estes escândalos é inegavelmente o do banco privado Khalifa, que conseguiu desviar vários milhares de dinares pertencentes ao Estado ou a simples cidadãos, sem que mecanismos institucionais tenham sido accionados – sinal de cumplicidades ao mais alto nível do estado.

A lista dos problemas graves de democracia, de boa governação, de luta contra a criminalidade, injustiças sociais, arbítrio policial, de ausência de independência da administração e da justiça, é infindável. Não tem, contudo, nada a ver com o Islão, ainda que contribua para aconchegar o islamismo violento, da mesma maneira que, nas devidas proporções, a corrupção das elites aconchega os movimentos de extrema direita na Europa. A gestão do extremismo islâmico é uma questão política, que exige uma resposta política que tenha em conta os parâmetros que levam uma sociedade a privilegiar a arbitragem legal em relação ao delírio religioso. Quando o Direito está ausente, em nome de interesses superiores do Estado, não espanta que as populações se deixem seduzir por aqueles que fazem apelo a outros interesses superiores.